

Segunda-Feira, 08 de Junho de 2026

Estou sentindo vergonha alheia

Reunidos, Promotores, Procurador e Secretários de Estado, Deputados Estaduais da comissão de meio ambiente da ALMT e a responsável pelos estudos científicos?, oficializaram um TAC, cuja função é queimar R\$500.000,00, para no final, o principal problema que é o fechamento dos corixos, supressão dos diques marginais artificiais e estrada dique, serem decididos se serão abertos ou não, escutando os ribeirinhos.

Uma ação que deveria ser de decisão imediata, pois contraria a lei do Pantanal, vão queimar dinheiro público, para quem sabe um dia, depois da morte definitiva das Baías do Buritizal e Chacororé, poderem chegar à conclusão que a morte dessas Baías é uma coisa normal na natureza. Já escutei isso de um dos queridinhos mpmt.

O professor gaúcho e o biólogo hidrologista, ganharão dinheiro e ao final, se souberem interpretar os dados, passarão a entender a” dinâmica hídrica pantaneira ”.

Em 1970, o DNOS, implantou uma régua linminimétrica na Baía de Chacororé , que funcionou até 2001. Para que essa ganância com o dinheiro público tenha pelo menos esse ganho, implantem esse instrumento nas Baías citadas e na Sia Mariana, para que a coordenadora desse projeto, também bem remunerada, não fale sem conhecer ou ler uma régua linminimétrica,; que nunca viu a Baía de Chacororé tão cheia, quando na minha régua particular, chegou ao máximo de 3,38m, enquanto em épocas passadas mesmo depois de Manso, por pelo menos quatro vezes, marcou entre 3,95m e 3,98m, com precipitações iguais a essa do período 2022/2023.

A coordenadora do projeto, em certa ocasião, declarou em uma reportagem à nível nacional, que a seca vivida no Pantanal durante três anos 2019, 2020,2021, era consequência do desmatamento da Amazônia, contestada por climatologista, segundos depois. Esses erros grosseiros praticados por essa turma, me fez escrever um artigo, intitulado “reflorestaram a Amazônia”, quando em 2022/2023, as chuvas que precipitaram, foram em média maiores do que em épocas normais.

Desse dinheiro publico destinado sem processo licitatório, já queimaram R\$18.000,00, entregues aos ribeirinhos, para a desobstrução do Corixo do Mato, uma obra, que ao contrário do que fizeram, deveria estra fechado, como era no passado.

Graças a Deus, esse Estado ainda tem homens públicos honestos e competentes como o Juiz do Meio Ambiente, que deu provimento ao interposto por uma Empresa contestando a ausência de um processo licitatório e encaminhou o pleito para a instância superior, barrando por enquanto, essa ganância com dinheiro público.

Aproveitando a ocasião, vou tratar de outros dois assuntos:

1º Ouvi ontem um Deputado falando sobre as suas ações para reverter a oportuna “lei do transporte zero dos peixes”. Pescar pode, o que não pode é transportar e comercializar, tendo ela a finalidade de preservar os cardumes, já bastante fragilizados pelo esforço de pesca, pois temos tirado dos rios, mais do que a natureza é capaz de repor.

2º O mesmo Deputado, está em uma importante luta para reviver o “BID Pantanal” que havia sido criado pelos Governadores `a época de MT e MS, tendo como uma das maiores ações, o saneamento básico . Ele só não foi avante porque o governador na época eleito, dispensou \$ 400.000.000 de dólares, pois o que para ele e muitos que o apoiavam, preferiam, “ plantar soja”. Hoje, a base da nossa economia, porem esse programa não poderia ser descartado.

Rubem Mauro Palma de Moura é Engenheiro Civil, formado pela UnB, Especialista em Hidráulica e Saneamento pela USP São Carlos e Mestre em “Ambiente e Desenvolvimento Regional” pela UFMT e Professor aposentado da UFMT/DESA.